



Pedido de licença

Para realização dos trabalhos de remodelação de terrenos em áreas não abrangidas por plano municipal de ordenamento do território.

1. Decreto-lei 555/99 de 16/12, com a redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 04/09, artigo 4.º, n.º 2
 - a. — Deve ser instruído de acordo com portaria n.º 232/2008 de 11/03, artigo 16.º, n.º 2.
 - a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;
 - b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;
 - c) Extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação e das respectivas plantas de condicionantes, quando exista plano municipal de ordenamento do território, e respectivas plantas de condicionantes e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar os trabalhos;
 - d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000, quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;
 - e) Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente;
 - f) Projecto de execução dos trabalhos;
 - g) Memória descritiva e justificativa esclarecendo devidamente a pretensão;
 - h) Estimativa do custo total dos trabalhos;
 - i) Calendarização da execução dos trabalhos;
 - j) Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor;
 - l) Projectos da engenharia de especialidades necessários à execução dos trabalhos;
 - m) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador do projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
 - n) Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.
 - Extracto da carta da Reserva Agrícola Nacional abrangendo os solos que se pretendem utilizar ou, quando esta não exista, parecer sobre a capacidade de uso, emitido pelos serviços competentes para o efeito;
 - Extracto da carta da Reserva Ecológica Nacional com a delimitação da área objecto da pretensão ou, quando esta não existir, parecer emitido pelos serviços competentes.
 - b. — Fotografias do local.
 - c. — Plano de ocupação do espaço público
 - d. — Plano de gestão de resíduos de construção e demolição.